

Mesa-redonda sobre a cidade de Lisboa

António Firmino da Costa*

Joaquim Pais de Brito**

Vítor Matias Ferreira***

Eduardo de Freitas — Para abrir uma conversa é preciso um qualquer pretexto. E para abrir uma conversa sobre Lisboa se calhar uma boa ideia é pormos em cima da mesa um facto empírico brutal na sua nudez. O facto empírico que eu tenho para vos apresentar é o seguinte: a cidade hoje quase que duplica a sua população no período diurno; todos os dias entram nesta cidade outros tantos, tantos quantos aqueles que cá estão. Isto é indicador, isto é sintoma, de uma imensa centralidade metropolitana, isto é, nesta extensa malha urbana onde Lisboa se inscreve, o pólo cidadão possui uma capacidade de atracção no período diurno que é brutal. Gostava para começarmos a nossa conversa que algum de vós pegasse nisto e comentasse.

Vítor Matias Ferreira — Efectivamente esta é uma questão crucial sobre Lisboa. É verdade que diariamente entram à volta de 750 mil pessoas e com mais outras tantas que estão por cá é um milhão e quinhentas mil que usam a cidade diariamente. Isto põe realmente problemas de vários tipos, e um que tem sido ventilado por muitos de nós nos últimos tempos — que não é sem dúvida o mais importante, mas é, um dado determinante — é aquilo a que muitos de nós chamamos os custos da capitalidade. Isto tem a ver realmente com uma discussão óbvia de carácter urbano-metropolitano: a grande concentração do emprego na cidade, a grande centralidade, que Lisboa tem no espaço metropolitano, e por outro lado não tendo, contrapartidas, não digo financeiras — porque essas também são importantes -, mas contrapartidas para poder alterar esta lógica. Ou seja, isto é uma situação de uma grande hipertrofia urbana e, portanto, esta designação que temos vindo a sublinhar — assim com há uns anos

* Sociólogo. Docente do ISCTE. Antropólogo.

** Docente do ISCTE.

*** Sociólogo. Docente do ISCTE.

atrás muitos de nós, do lado da Sociologia e da Economia, começaram a formular o discurso social do desenvolvimento, que era uma questão que até então não era colocada — é uma analogia, no fundo, para a situação da cidade, da capital, e que são os custos sociais da capitalidade. Dito isto, vale a pena pensar o que é que era necessário fazer — mas podemos deixar isso para mais tarde. De qualquer forma, em relação a esta situação dos custos de capitalidade, ela mexe com várias coisas e uma delas é o próprio modelo de gestão de todo este espaço. Suponho que ainda é cedo para começarmos a falar disso, mas o governo da cidade é uma questão que não é possível deixar de colocar, bem como o tratamento que Lisboa deveria ter exactamente por causa dessa situação anómala de progressiva concentração terciária, do emprego, etc. Por mim, para abrir, acentuava sobretudo este aspecto dos custos da capitalidade, custos, entenda-se, não em termos meramente financeiros, custos sociais, custos urbanos, custos culturais e sociais, obviamente.

E.F. — Gostava de fazer um comentário: o modelo de organização da cidade, por força de um desenvolvimento que teve lugar, acabou por ter este peso e daquilo que eu ouvi ficou-me a impressão de que há que encontrar, a nível da cidade, uma gestão que seja capaz de encorporar toda esta macrocefalia da área de Lisboa, sendo que me parece que isso não é necessariamente assim, isto é, só em função de uma articulação cerrada com as restantes autarquias da grande região de Lisboa é que poderá aparecer uma solução para um problema que não é intrinsecamente de Lisboa, é de uma vastíssima malha urbana.

V.M.F. — Já agora isso pega com uma outra questão que estava a pensar... mas, por outro lado, o governo da cidade, considero-o no sentido mais cultural da expressão, isto é, mais amplo do que a cidade, não no sentido administrativo, não no sentido até mais específico que o administrativo, que é no fundo a centralidade urbana. A questão tem a ver directamente com o governo da cidade, neste sentido urbano-metropolitano e que põe vários problemas. Deixa-me pôr mais um — e estou quase a esgotar a minha cábula -, há aqui vários paradoxos, um deles é este: depois de muitos anos de grande discussão sobre o que, em termos territoriais, tradicionalmente se chamou de áreas metropolitanas, de há uns anos para cá foi instituída a figura político-institucional da área metropolitana. Não discutindo o caso do Porto, porque talvez não seja interessante discuti-lo aqui, mas no caso de Lisboa a figura político-institucional da área metropolitana é uma figura regional e, portanto, para além do figurino institucional que é muito do compromisso

das várias propostas, dos vários partidos, acabou por ser uma coisa muito híbrida, com propostas muito diferenciadas, e portanto foram forçadas um bocado a coabitar. É uma questão paradoxal, ou seja, no fundo o território que é abrangido nesta dita área metropolitana de Lisboa é um território de natureza regional, quer dizer, transcende muito este espaço que o Eduardo há pouco lembrava, que é um espaço claramente metropolitano, de uma grande centralidade de Lisboa, diariamente atraindo — como vimos há pouco — 750 mil pessoas em média, tendo em conta que isto também tem a ver com a entrada diária de cerca de 250 mil carros (o que é um aspecto também interessante a ter em conta). Mas aquela figura não tem praticamente poderes nenhuns — tem poderes mínimos — mas mesmo que tivesse mais poder, era uma figura de natureza regional. Efectivamente, aqui era preciso colocar a questão de uma figura com capacidade de gerir um espaço que é claramente metropolitano e não regional. Portanto, quando eu há bocado falava do governo da cidade, era o governo da cidade neste sentido do espaço urbano-metropolitano que diariamente é dinamizado com esses fluxos pendulares permanentes, etc. E, por outro lado, a própria cidade, no sentido administrativo é dificilmente governável, se não mesmo ingovernável. A estrutura administrativa das diferentes freguesias é completamente anacrónica: como se sabe são 53 freguesias, algumas das quais são resquícios arqueológicos que hoje não têm significado urbano. Mas talvez valha a pena lembrar, como um ponto da história de Lisboa, que logo a seguir ao 25 de Abril houve uma tentativa de pensar a gestão da cidade através do que se chamou na altura as “mini-câmaras”. Isto é, para além do governo no sentido mais amplo, a gestão urbana seria desconcentrada e articulada em função de sete zonas da cidade. Isto é um modelo que hoje só interessa pôr aqui para a história da cidade, mas para tentar ir ao encontro da questão que o Eduardo punha, desde logo, a unidade metropolitana, que não é a da Área Metropolitana (que essa é regional como eu há bocado dizia), mas é uma unidade claramente em termos urbano-metropolitanos de vivência diária, de convivência permanente, de interacção e que tem a ver com os concelhos mais directamente envolventes da cidade de Lisboa, esses sim, melhor ou pior têm a ver com essa configuração metropolitana. E o governo da cidade deve ser um governo que tenha em conta esse território que é polarizado, dinamizado e estruturado diariamente.

E.F. — Só queria dizer uma coisa e depois passo a palavra; acho que valia a pena equacionar o problema da centralidade metropolitana de Lisboa articulando-o ao do fracasso da periferia, porque se Lisboa centraliza tão fortemente é porque a periferia fracassa. Há aqui esta situação bipolar que vale a pena termos presente.

António Firmino da Costa — Rapidamente queria apontar três níveis a que se pode analisar a questão colocada. Em primeiro lugar, o que é que ela tem a ver com o quotidiano vivido das pessoas que são protagonistas dessas deslocações pendulares? Ou que vivem, de algum modo, as deslocações dos outros ... porque os que residem na cidade também sofrem ou tiram partido dessa deslocação quotidiana de uma série de outros que habitam nas periferias. Deste ponto de vista, do “vivido”, todos nós temos experiência pessoal, de uma maneira ou de outra, dos incómodos, das demoras — mas também dos prazeres: há, por exemplo, peregrinações nocturnas permanentes à “24 de Julho” de uma parte significativa da juventude da área metropolitana de Lisboa. Ao nível da vivência dos protagonistas, valeria a pena, do lado das ciências sociais, realizarem-se levantamentos mais adequados das apreciações que os vários tipos de pessoas envolvidas fazem daquilo que de facto gostam e do que realmente as incomoda. E não é só um desafio analítico, é também um desafio de intervenção política na cidade. A intervenção política também se deveria apoiar numa aferição conveniente e actualizada das apreciações, das vontades, dos desejos e das conflitualidades que permeiam o quotidiano dos cidadãos. Como todos sabemos, há diferenças de sensibilidades e de interesses entre diversos segmentos da população. Por exemplo, o Bairro Alto é frequentado à noite por pessoas que vêm de fora e não dispensam um certo ambiente urbano para conviverem e terem um espaço de experiência lúdica nocturna. Mas interferem com os residentes, que gostariam, de forma talvez um tanto ambivalente, de ter um bairro mais tranquilo, mas também de usufruir, directa ou indirectamente, das fontes de rendimento geradas localmente pelas actividades de lazer cosmopolitas. Uma das características da cidade é precisamente isto: há sempre uma grande sobreposição de diferentes populações, com diferentes interesses, com diferentes lógicas.

Chega-se, assim, a um segundo nível, que é o do governo da cidade, no sentido em que o Vitor o colocou. Um problema que se põe, entre outros, é o de Lisboa — nesse sentido lato que o Vitor também assinalou, incluindo, portanto, não só o espaço administrativo da cidade, mas também os concelhos vizinhos — ser em grande medida uma espécie de produto social involuntário, que só mais recentemente é conceptualizado, de forma alargada, como espaço institucionalizado, planeado e governado. Mas começou por ser, muito antes disso, e continua a ser, em parte significativa, um resultado não intencional de processos e estratégias sociais múltiplas, uma construção da própria sociedade, como tantas outras em boa parte involuntária, nos seus efeitos de conjunto. O que hoje em dia acontece é

que as pessoas, e sobretudo as instituições, as autoridades e os técnicos, conceptualizam cada vez mais a cidade como espaço governado. Ora, em grande medida, ele escapa-se-lhes a isso. Há muitas dimensões do espaço social da cidade que são consequências não intencionais de acções intencionais, para usar uma formulação corrente na sociologia. E boa parte do que se sente de insuficiência, de vulnerabilidade, tem a ver com esse facto. Essa dialéctica entre a cidade como produto social não intencional e a cidade como espaço administrado é uma realidade forte. O que remete para um outro problema: onde estão as principais alavancas de estruturação do espaço urbano e da vida cidadina em Lisboa? Há alavancas principais, tais como a administração central do Estado, as autarquias, as empresas de transportes, os promotores imobiliários, entre outras — alavancas estruturadoras a uma escala metropolitana, actualmente bastante mal articuladas umas com as outras. E, sobretudo — o que me parece mais interessante do ponto de vista analítico e do ponto de vista da cidadania — mal articuladas com a população no seu conjunto. A participação da população nas decisões estruturantes é ainda bastante fraca. Ou, dito de outra maneira, os mecanismos de reflexividade social que procuram enquadrar aqueles processos não intencionais, escapam em muito aos cidadãos. Escapam quase completamente. Há uma espécie de assimetria brutal entre o modo como cada um de nós sofre os efeitos da cidade e a capacidade de cada um de nós intervir nela. A assimetria é brutal para o comum dos cidadãos, e isso é gerador de sentimentos de insatisfação para com a cidade, mesmo quando ela melhora as suas infraestruturas. Na cidade, enquanto quadro social em parte institucionalizado, em parte não institucionalizado, verifica-se um contraste bastante acentuado entre a difusão da ideia de cidadania e a carência de mecanismos mais efectivos de participação. É mais uma questão estrutural do que de conjuntura política na governação da cidade, uma vez que esta última é provavelmente mais favorável hoje à ideia de participação democrática do que alguma vez já foi.

Quanto ao terceiro nível, apenas dois apontamentos, uma vez que já estou a tomar tempo demais. A uma escala societal, as relações de dominação entre espaços sociais parecem colocar-se hoje de maneira algo distinta da que as teorias (e ideologias) clássicas propunham. Os vectores de dominação e a externalização de custos sociais exercem-se, complexamente, de forma cruzada entre cidade e periferias, áreas urbanas e áreas rurais, e não apenas, simplifadamente, num único sentido. Os “custos da capitalidade”, de que agora se fala a propósito de Lisboa, são um exemplo disso. Por outro lado, olhar para a cidade a este nível societal, chama atenção para outro tema de debate contemporâneo, o da globalização

das relações sociais e do alargamento das redes de interdependências. Uma cidade como Lisboa, embora de maneira menos intensa do que as grandes metrópoles mundiais, não deixa de tender a constituir-se como um dos pontos estratégicos de adensamento forte de redes cosmopolitas de relações sociais.

Joaquim Pais de Brito — Vamos admitir que a cidade é uma ideia, algo com que lidamos e que é daqueles que lhe pertencem, que a frequentam, que a sofrem, que lidam com ela, que têm que administrá-la e que, imprecisamente e de modos diversos para uns e para outros, vai buscando a sua materialidade. É uma ideia e uma coisa que não se apresenta com uma configuração material definida, estável; busca-se com enorme elasticidade, adquire contornos, expande-se e retrai-se consoante, também, muitas das esferas de actividade dos cidadãos. Em alguns momentos consciencializa-se, noutras não, nalguns casos transforma-se em discurso e como ideia ela entope também num momento ou noutra. De qualquer modo tende a ser, a assumir, uma forma material quando essa ideia se explicita pela palavra e precisa de ser gerida. Há aqui qualquer coisa que julgo particularmente interessante, sobretudo atendendo à tradição de pesquisa de campo em antropologia e aos problemas que se podem levantar a partir desta disciplina. Refiro-me ao facto de, em termos da simples expressão territorial, haver uma experiência não apenas da periferia da cidade mas do fim desta, na topografia concreta dos locais em que sentimos ou sabemos que ela acaba e que constituem outros tantos sítios por onde se desenha o seu perímetro exterior. Indelivelmente se percebe, quando se vai pelas vias de entrada ou de saída da cidade, que se vai a entrar ou a sair dela. Quer dizer então que há algo que, independentemente de tudo o resto, é a cidade. Ora, esta questão parece-me importante pois ela pode sugerir um conflito com a ideia de uma área metropolitana, ou seja, do território que para além da cidade com esta tem que ser gerido. O certo é que ambas têm de conviver e a primeira (a mais restrita, a cidade) não pode de forma alguma ser prejudicada em relação à outra, aquela que a sociedade moderna leva claramente a questionar e a organizar como campo de intervenção global, neste caso a área metropolitana da grande Lisboa, com todos os grandes problemas dos quais alguns foram já referidos nesta conversa.

É em relação ao primeiro âmbito, a cidade no sentido administrativo e territorial mais restrito e mais exactamente delimitado, que gostaria de colocar algumas questões, pois é quanto a ela que, eventualmente, melhor poderei fazê-lo, como um campo aberto de considerações sem qualquer carácter conclusivo. Passam-se com a cidade coisas de cariz totalmente

diferente do que acontece com as unidades de menor escala tradicionalmente estudadas pelos antropólogos e que, não sendo correcto dizer que se apresentam como opostas, facilita-nos pensar que o são pela extraordinária diferença que revelam. Assim, o fluxo dia/noite, por exemplo, é o inverso do que se manifesta numa aldeia: é à noite que uma aldeia se refaz depois de, durante o dia, parte dos seus habitantes terem andado espalhados pelos campos — ou, numa vila, pelos empregos na periferia — e este ritmo é o inverso daquele que marca a grande cidade.

As consequências deste facto, sendo difíceis de avaliar, apontam claramente sinais da sua importância. A aldeia ou a pequena vila descobre-se a si mesma e permanentemente se recria e reproduz numa esfera de grande intimidade ou reencontro físico consigo própria, dimensão certamente interiorizada ao nível dos afectos, da segurança, da memória que a noite transporta e o amanhecer elucida. No caso de Lisboa ou de qualquer outra cidade grande é um movimento inverso que se observa: a população vai-se embora ao fim do dia e, de repente, no momento em que parece que são os cidadãos que se reencontram consigo é quando a cidade, de certo modo, já não é, pois uma cidade é feita fundamentalmente pelo bulício das suas gentes, pela sua circulação, pelo seu pulsar, pelo seu envolvimento sonoro, pela paisagem que nas múltiplas tonalidades da luz do dia se deixa apreender. Claro que acontecem todas estas coisas que o António Costa referiu e que ocorrem à noite com novos fluxos, aglomerações e modos de comunicação entre pessoas, mas esta frequência da noite, com lugares importantes de sociabilidades intensas que caracterizam e fazem a cidade de novo trazer aspectos não lineares para a sua compreensão. Por exemplo, a noite da cidade não se apresenta, como na aldeia, enquanto oposto do dia, já que ela é reinventada enquanto espaço feérico e iluminado que chega a desenhar-se como um desafio a vencer a própria noite. E é então que a cidade nocturna, com uma população que nem sequer é exclusivamente constituída por aqueles que nela dormem, se exercita em registos que podem rondar a iminência de ruptura, da transgressão, naquilo que estas categorias permitem interpretar de qualquer pulsão festiva; ou seja, esta cidade vive também o paradoxo de parecer descobrir-se a funcionar em modos mais intensamente participados ou desejantes enquanto corpo social que transgride. Na cidade há muito de construção de utopias.

Mas a cidade parece ter para mim ainda uma outra dimensão contrastante com a aldeia que os antropólogos estudam, e de novo nos situamos no plano do aparente paradoxo, o que não é mais do que uma expressão da dificuldade em pensar a cidade com que nesta conversa nos debatemos. Reside essa marcada diferença no facto de a cidade parecer estar

mais do lado da natureza do que do lado da cultura, ao contrário de uma aldeia. Uma aldeia é permanentemente feita, testada, avaliada em sistema de cultura, avaliada por cada um e por todos os habitantes em tudo o que tem a ver com o espaço, as questões da propriedade, a relação entre o público e o privado, a sonoridade, a dimensão ao alcance da voz, enfim, um território e uma sociedade a produzir-se em discurso de cultura. Por aquela relação de exterioridade do cidadão em relação à cidade que o António Costa há pouco referiu, para cada um deles a cidade apresenta-se com essa grandeza de ser um lugar da natureza, com tudo o que há de direito alcançado de a ela pertencer e de distância no trato que com ela se mantém. A cidade é um cenário pré-montado (com as sucessivas correcções que vai sofrendo), onde pertencemos, que nos acolhe, que frequentamos, onde eventualmente vamos conquistando alguns direitos, mas onde não nos são pedidas grandes obrigações e sem vigilância aparente sobre elas. A cidade está lá, é como passear na floresta, tem sombras, e pode-se escolher a árvore onde ficamos um pouco, mas não há cuidados a devolver-lhe que nos sejam exigidos, não tem que se cortar a relva, não tem que se regar as plantas, não tem que se fazer nada, o que reforça esta ideia de a cidade se encontrar do lado da natureza. Provavelmente esquecemos, às vezes, em discursos sobre as cidadanias, a participação do cidadão e a democracia, que cada vez mais nestas situações nos estamos a deslocar para o lado da natureza. Este parece-me ser um paradoxo da cidade em comparação com as unidades que tradicionalmente temos estudado: as aldeias e as pequenas vilas fabricadas com os conflitos e as tensões personalizadas nos indivíduos e famílias que as compõem. Temos de admitir que também algo deste processo, feito de avaliações e de jogos, existiu à escala das micro-unidades que compõem a cidade de Lisboa, as aldeias dentro dela. Mas no plano das freguesias e bairros da cidade, a verdade é que parece haver um défice muito grande na capacidade de intervir e de produzir discursos identitários com alguma expressão concreta, administrativa, técnica, social, cultural, pois tendem a dissolver-se na cidade como um todo, um todo que, para além da flutuação da população com que lida, da fragmentação interna dos espaços que a compõem, tem uma configuração no território. E por isto muitas das questões levantadas pelo discurso do património, que tendem a ser demasiado generalizantes, tanto no plano ideológico do desejo de proteger como no plano técnico dos modos de o fazer, devem ser colocadas no âmbito desta cidade e do reordenamento ou da melhoria do seu espaço, da protecção de certas zonas, sejam elas lugares de habitar, como vilas e bairros, ou espaços de lazer, como jardins, e da multiplicidade de relações que se cruzam com o viver e a circulação das pessoas que nela habitam ou trabalham.

A.F.C. — Mas isso é histórico...Historicamente, numa certa fase, foi assim...Mas noutras já pode não ser...

E.F. — As intervenções, sobretudo do António e do Joaquim vão muito no sentido de teorizarem a produção da cidade. Eu preferia que nós aqui nesta mesa assentássemos, um tudo nada mais, os pés nesta cidade de Lisboa, é o tema principal da nossa conversa hoje, e nesse sentido gostaria de pôr a seguinte questão, e pediria, desde já ao Vítor para agarrar na questão que vou colocar. Fica-se com a ideia — retomando as palavras que o Joaquim há instantes dizia, de que a cidade é uma dificuldade — vou pôr isto mais em termos empíricos, e digo que a cidade de Lisboa é uma dificuldade difícil. Porque se todas as cidades o são — são dificuldades — pode-se dizer, relativamente à cidade de Lisboa, entre outras coisas, que não tem sido possível preservar aquilo que nesta cidade é a sua memória particular. Estou-me a lembrar sobretudo, a título de exemplo, do desaparecimento paulatino que se tem vindo a registar de certas “cidades” dentro da cidade de Lisboa: a cidade do Pombal, a cidade do Ressano Garcia, a cidade do Duarte Pacheco, para falar em cidades mais recentes. Essas “cidades” por força de muitos factores, não vem ao caso agora seriá-los, vão desaparecendo, e eu pergunto se isso é uma inevitabilidade, a que estamos condenados. Outras cidades há no mundo onde foi possível manter essa condição de cidade histórica dentro de uma cidade que se moderniza constantemente.

V.M.F. — Talvez para ir ao encontro da tua questão, que não é só centrada em Lisboa — deixa-me ir atrás que suponho vai ajudar -, e tem a ver com uma das afirmações do António e depois uma outra questão posta pelo Joaquim. Quando o António falava de um processo social não intencional, involuntário, isto sugere lembrar, um pouco rapidamente, o caso de Lisboa (e uma vez mais, Lisboa não é se calhar o único caso). É que se é possível falar de um processo social mais involuntário, digamos que em relação a esta situação a que chegámos é possível encontrar responsáveis, não em termos de A ou de B, mas em termos de processos, uma vez mais. E aqui há uma expressão que em tempos usei e que me parece particularmente alegórica, que é falar de um “cinismo urbano”. Ou seja, efectivamente a gente sabe que hoje Lisboa é muito o resultado dos últimos trinta anos, concretamente desde os anos sessenta, com as grandes migrações para Lisboa, vindas sobretudo do sul, mas também do norte. Lisboa foi o grande chamariz, era a grande atracção da população porque ia arrançando emprego — antes dos anos sessenta a ideia que tínhamos é que “isto” estava tudo parado. Nos anos sessenta, por razões que não

vale a pena agora apontar, Lisboa foi um pólo de atracção de empregos, das indústrias, etc. e, portanto, há este processo fortíssimo de migrações internas. Quando chamo “cinismo urbano” a esta situação, não paradoxal, mas contraditória mesmo, é o movimento de grande polarização, de grande atracção, mas ao mesmo tempo que funciona como grande atracção, “chuta” essas populações para a periferia. Isto é realmente uma “atitude” de um cinismo atroz, que é dizer “venham, venham, venham” e depois, quando a “malta” chega, “agora vais para a periferia”. Naturalmente os processos económicos e políticos de todos esses trinta anos, foram de alguma forma cúmplices deste “cinismo”, porque não foi possível criar condições para receber essa mesma atracção. O fracasso da periferia, como dizia o Eduardo, parece-me óbvio como resultado desta situação. Por outro lado, em relação aquela questão que o Joaquim pôs que me parece interessante de pegar — porque realmente há vários olhares possíveis em relação a tudo isto e também em relação a Lisboa — que é partir da ideia de que a cidade é uma ideia! Acho que é interessante pensar “isto” no sentido que ele colocou, é uma ideia à procura da sua materialidade. Em relação a essa questão há uma outra noção que julgo ser interessante recuperar, é uma noção muito normativa, mas interessante, que é a noção de urbanidade. E a propósito da cidade esta noção de urbanidade — e aqui eventualmente vou pegar na questão que o Eduardo pôs — esta noção de urbanidade aparece no dicionário igual a civilidade, igual a boa educação, delicadeza e também qualidade do urbano, qualidade do urbano no sentido em que dá especificidade ao urbano. Esta noção de urbanidade, foi-se perdendo, não só no discurso, mas também na própria prática, resultado daquele mesmo processo de densificação, de expulsão, de concentração, etc., nos últimos trinta anos. Quando o Joaquim diz que a cidade tem um termo, isto é: “a Alameda das Linhas de Torres já é o fim”, é verdade. É verdade porque, e aqui talvez valha a pena, a propósito dessa noção de urbanidade e desta visão que o Joaquim estava a colocar, retomarmos uma ideia já antiga, que é a da cidade como sedimentação de materialidades, de imagens, de símbolos, etc. A noção de urbanidade é a que permite encontrar esta sedimentação. A Alameda das Linhas de Torres, como outras zonas ditas periféricas, que o são, foram, em termos de sedimentação e de urbanidade, zonas claramente periféricas, por exemplo, no tempo em que os habitantes de Lisboa — os burgueses e os aristocratas — saíam para beber uns copos e ter as suas aventuras galantes nessas mesmas zonas que eram periféricas. O que é curioso é que a história dessas zonas ficou marcada nas pedras, marcada fisicamente na cidade, ao mesmo tempo que as próprias pessoas iam interiorizando essa situação periférica. Não vejo aqui uma fatalidade —

e depois pego na questão que suponho tem também a ver com isto — mas há quase como que uma espécie de “maldição” da periferia, que provavelmente nestes trinta/quarenta anos se sedimentou, que se cristalizou, deu-lhe uma consistência quase imutável. E quando hoje, no discurso mais ou menos tecnocrata, mais ou menos erudito, se fala de requalificar o território, sobretudo o território que é periférico, é necessário criar aquilo que alguns urbanistas de Barcelona designaram de “novas centralidades”. Ao fim ao cabo, como que tentando produzir urbanidade nos sítios onde nunca existiu, isto é, produzir cidade onde ela não existiu. Isto pode ser um pouco aberrante, tenho defendido um pouco isto, porque me parece que no caso da metrópole de Lisboa, não na área metropolitana, se calhar em termos de reencontrar pontos de reequilíbrio e de relacionamento — não digo criar urbanidade, porque penso que isto é muito voluntarista e obviamente algo distorcido e com riscos tecnocratas fortíssimos — mas como forma de dar condições mínimas para que a prazo, a médio prazo, se possam vir a desenvolver as urbanidades hoje inexistentes. Por exemplo, em aglomerados como Almada ou a Amadora (a Porcalhota, que era assim que se chamava, como sabem) com a sua própria história, que, entretanto foi praticamente destruída por este processo de metropolização. E aqui surge a questão da memória que o Eduardo punha, ou seja, olha-se para o património urbano, nomeadamente, de uma forma um pouco mais atenta do que há dez anos atrás, ou há vinte pelo menos, só que é uma batalha que não diria perdida, mas sempre em desfavor. Não temos muito tempo, se não podia falar na Baixa dita Pombalina onde se põe a questão de se saber se é necessário revitalizá-la ou conservá-la: é um espanto de como é que é possível, ainda hoje, pôr isto em termos de alternativa, quando o desafio é jogar, simultaneamente, na revitalização e na conservação. Mas por alguma razão (se calhar por má informação, também, porque os tecnocratas têm mais poder do que se imagina) vêem-se as “coisas” dicotomicamente! Isto é um aspecto que pode ajudar a pensar, acho que a batalha da defesa do património é uma batalha crucial como é a batalha da defesa do ambiente, ou seja, o património no sentido da memória histórica, da memória cultural, da memória urbana, etc.. Por outro lado, esta noção de urbanidade talvez nos possa ajudar um bocado, não tanto no sentido de pensar os espaços que não tiveram essa urbanidade, ou que eventualmente a tiveram, mas que vale a pena baterem-se para uma redescoberta da “urbanidade perdida”. Por outro lado, pôr em contraponto a esta noção de urbanidade, que me parece interessante, uma que se calhar é mais fugidia ainda (esta também o é, mas...) que é a da ruralidade. Trata-se de a própria história real desses mesmos aglomerados, o que é realmente, do meu ponto de vista,

indissociável da questão inicial que colocámos aqui, que é a do governo da cidade, ou seja, o outro olhar, o outro patamar, a outra forma de pensar a cidade que é a de governar todo este espaço metropolitano. Há pouco (não sei se isso ficou claro) eu fazia a distinção entre governo e gestão: há a gestão da cidade e das zonas, mas há também um problema de governo, e aí o governo não pode estar nas mãos dos tecnocratas, ou seja, é preciso que esteja nas mãos de quem tenha sensibilidade económica, cultural, social e política para pensar todos estes níveis simultaneamente.

A.F.C. — Quanto à preservação patrimonial, que era o tema proposto para esta segunda fase da nossa troca de impressões, o que tenho encontrado na minha experiência, quer de análise, quer de alguns pequenos contributos de intervenção é, de facto, uma completa falta de unanimidade dos protagonistas cidadãos a respeito da questão. Para apontar um pequeno exemplo já aflorado, o problema das festas na cidade...A festa, ensinamos os antropólogos e os historiadores, sempre existiu nas diversas sociedades. Mas a privacidade é que não. A privacidade é uma invenção da cidade e da cidade moderna. E a tensão que se produz no espaço cidadão contemporâneo entre festa — entendida em sentido lato — e privacidade, é uma questão permanente, que contrapõe protagonistas diferenciados. Estão a reconhecer, certamente, a alusão a fenómenos que se têm passado em Lisboa, a propósito de acções em que alguns de nós temos participado, de revalorização dos vectores simbólicos da cidade, com um novo figurino, culturalmente plural e dinâmico, de Festas de Lisboa, em Junho. Também a propósito de outro tipo de património, o património edificado, há posições diferenciadas, desde uma tendência relativamente recente, predominantemente intelectualizada, para a conservação do património arquitectónico com valor histórico, até às aspirações, dominantes noutras camadas da população e noutras sensibilidades culturais, à expansão do edificado habitacional moderno, passando pelas tomadas de posição de alguns dos produtores por excelência do urbano que são os arquitectos, e que, nalguns casos, ficam incomodadíssimos quando as pretensões de preservação patrimonial se começam a difundir socialmente de forma algo mais alargada, vendo nisso um entrave à expressão das suas próprias capacidades criativas na produção do espaço urbano. Retomo o fio condutor de há pouco: é importante — do ponto de vista da compreensão a que aspiram as ciências sociais e do ponto de vista da acção cívica e política — localizar as diversas opiniões e sensibilidades a respeito dos problemas da cidade, analisar de que posições sociais é que falam. A importância atribuída ao património arquitectónico e urbanístico da cidade é recente e frágil entre nós — se comparada com o que acontece em muitas cidades

européias — mas é já tema de controvérsia. A valorização do património sócio-cultural, numa perspectiva de potenciação das capacidades de intervenção endógena dos grupos na construção dos seus próprios destinos sociais, em interacção com a multiplicidade de parceiros relacionais que o quadro de vida urbano implica, é ainda mais embrionária.

J.P.B. — Estou bastante suspenso desta imensa tarefa de alinhar algumas ideias que ajudem a organizar o acto de pensar a cidade como problema, a cidade como presente e devir. Pegando na expressão *urbanidade* que o Vítor referiu citando a sua definição no dicionário, verificamos como também esta palavra revela a dimensão paradoxal da cidade, destas nossas grandes cidades, neste caso Lisboa. A urbanidade parece-me ser a qualidade de nos relacionarmos com estranhos como se eles não fossem estranhos. O que acontece nas sociedades tradicionais, entre nós ou longe de nós, é que quando se relacionam com um estranho, é mesmo com um estranho que se relacionam. Aí, os estranhos encontram-se e falam com estranhos referenciando-se cada um deles a lugares separados, distintos: a aldeia tal, o povo tal. E há mesmo regras que codificam os comportamentos a ter-se entre estranhos, as hospitalidades, etc. A cidade, vista do lado da construção mais cosmopolita do mundo, traz essa noção de urbanidade que nos faz lidar uns com os outros como se não fôssemos estranhos, com a ilusão inclusivé de uma certa ateritorialidade (que é também uma vertente do cosmopolitismo). Talvez nem sequer nos consideremos lisboetas quando falamos entre lisboetas; talvez não seja mesmo necessário.

A.F.C. — Isso não é unânime. Hoje em dia há muita gente que se considera lisboeta, e com grande intensidade de identificação ou com grande valorização identitária ... E não são só os habitantes dos bairros antigos. São também intelectuais, jornalistas, escritores, artistas plásticos que tematizam a cidade, às vezes com discursos de teor essencialista, discutíveis analiticamente, do ponto de vista das ciências sociais, mas que são reveladores da existência de formas variadas de produção contemporânea de identidades lisboetas. Desculpa lá, isto agora está a tornar-se uma conversa mais interrompida... O que queria salientar era que há uma multiplicidade de discursos e de posições sobre a cidade, e que talvez o mais traiçoeiro de tudo seja aderirmos a uma visão que se pretenda única sobre ela.

J.P.B. — Há uma multiplicidade de aspectos, mas a cidade está sempre a construir a sua própria armadilha.

A.F.C. — Claro, mas ... a existência de atitudes diferentes em relação à cidade, desde “Lisboa não existe” até às identificações essencialistas de Lisboa, isso também será diferente da aldeia. Talvez a aldeia tenha um discurso mais unificado sobre si própria, ao passo que na cidade se verifica uma sobreposição de auto-imagens mais diversificadas...

J.P.B. — Isso é evidente, mas estou a chamar a atenção para esta dificuldade de Lisboa ser também isso: é a polissemia do sentido, é a armadilha que se cria por supormos que estamos a falar de algo que é comum e da mesma maneira referenciável quando o jornalista está a falar de Lisboa e do que ela é, ele está claramente à procura da materialidade dessa ideia que ele tem da cidade, como outro qualquer. Mas de facto há um registo de urbanidade que ultrapassa a cidade de Lisboa: quando dois cidadãos em registo de urbanidade comunicam — pode um ser daqui e outro ser de Londres — alcançam um registo de comunicação feito com base em modelos semelhantes. A urbanidade tem essa qualidade de se falar com um estranho como se ele não fosse estranho, ou seja como se o plano da comunicação deixasse de se referenciar a um território. Também Lisboa parece sofrer de esse equívoco; todas as cidades o sofrem?...

V.M.F. — No fundo como apropriação da situação de urbanidade para além da sua própria genética, isto é, mas geneticamente vem muito dessa vivência da cidade.

A.F.C. — O actor social encontra-se, assim, num espaço mais universal do que aquele em que, por referência comparativa, foi socializado.

V.M.F. — Isso tem a ver provavelmente com muitas outras questões... foste tu inicialmente que falaste da globalização e das redes do alargamento de projectos, ou seja, hoje ao falar de urbanidade ela não pode ser exclusivamente agarrada como uma materialidade estrita e restrita.

J.P.B. — Façamos o paralelo, por exemplo, com a cidade de Rousseau, num seu texto sobre a democracia e a cidade. Torna-se evidente que a cidade de Rousseau é a cidade no sentido de *communitas*, da comunidade à escala humana (atendendo ao desenvolvimento tecnológico e a todo o contexto económico e social do tempo em que escreveu). A cidade, diz ele, deve, nos espaços que os cidadãos frequentam e na sua dimensão, estar «ao alcance da voz», como que ressoando a fala dos seus habitantes. Claro que não é desta cidade que estamos a falar, e a democracia já não passa apenas pelo exercício da fala e pela contiguidade física de quem alcança.

A.F.C. — Também é...

J.P.B. — Não é, a cidade de Lisboa já não é essa cidade...

A.F.C. — Ainda é, em parte...

J.P.B. — Onde é que há na cidade de Lisboa, quando perdeu a vida em dois ou três núcleos da sua intelectualidade e poder — fosse o Rossio, fosse o Chiado — comunicação em espaço aberto?

A.F.C. — Ainda é, ou pode ser em certas situações, como por exemplo na ponte sobre o Tejo: de repente os cidadãos encontram-se lá e rompem, por momentos, com a assimetria, aquela assimetria de que falava há pouco a respeito da reduzida capacidade estruturante dos poderes dos cidadãos. Em todo o caso, é a cidade que dá possibilidade de surgirem emergências públicas desses poderes. As pessoas transformaram a situação da ponte num espaço público — que é um conceito de urbanidade — onde a capacidade de intervenção no espaço urbano pelos cidadãos veio ao de cima, foi capaz de bater o pé a poderes mais institucionais. Não estou a dizer que as inversões da assimetria dos poderes só se faça em termos de movimento colectivo. Há muitas outras formas potenciais. A cidade é, por excelência, um espaço de mediações. E também uma sobreposição de espaços diferenciados e de escalas diferenciadas. Quando se fala do desaparecimento das pequenas aldeias na cidade, pode-se correr o risco de uma visão apressadamente generalizante. De facto, o centro de gravidade da vida urbana em Lisboa já não está aí. Pode duvidar-se que tenha estado alguma vez, mas terá certamente sido mais importante, mesmo há apenas algumas décadas atrás. Mas o que me parece de ter em conta é que há círculos que funcionam como espaços de vizinhança, assim como há zonas de escala intermédia que funcionam como centros de aglomeração e densificação dos encontros sociais (basta referir a Baixa ou as Amoreiras...), e ainda fenómenos colectivos, como os ilustrados pelo movimento da ponte, que se passam a uma escala já metropolitana. Não diria que há desaparecimento dos níveis de relacionamento social mais próximo, mas que a cidade vai acrescentando níveis uns aos outros, e fazendo, evidentemente, que alguns percam importância relativa. Mas a cidade possibilita a coexistência de múltiplos horizontes de relacionamento dos actores sociais com o espaço colectivo, socialmente construído. A questão que se põe, para retomar a linha de preocupações que tenho procurado aqui colocar à consideração, é a seguinte: a que escalas é que cada um dos cidadãos consegue tornar-se protagonista efectivo da

produção social da cidade? Em Lisboa, as desigualdades de base a este respeito são excessivamente acentuadas.

V.M.F. — Deixem-me só lembrar também uma coisa a nível dos protagonistas individualizados, a escala global e a escala local no fundo muitas vezes também estão perfeitamente interligadas; quando alguém da Alameda das Linhas de Torres diz (se calhar aqui estou a exagerar) “vou apanhar o autocarro para Lisboa”, hoje talvez já não dirá... há dez ou quinze anos dizia! Esta demarcação entre “onde é que eu estou” e o espaço “onde eu vou”, esta visão tem a ver com aquela tua ideia do fim da cidade, e portanto, uma visão da cidade macro, de certo modo, ainda que depois seja a uma escala reduzida no seu próprio imaginário; “vou a Lisboa”, porque vou ao Terreiro do Paço, claramente, o Terreiro do Paço é Lisboa. Ainda nos anos 50, a grande centralidade que, no fundo, acompanhava, *grosso modo*, a antiga Estrada da Circunvalação do séc. XIX, era uma barreira, não física, mas imaginária, e para dentro dessa antiga Estrada da Circunvalação era Lisboa, plenamente, era a centralidade urbana por excelência, fora disso começava já a periferia. Hoje tudo isso tem de ser repensado: já nos anos oitenta, o paradoxo era este: “Lisboa Administrativa” terminava obviamente nos seus limites administrativos, “Lisboa Metrópole” era mais ampla, mas “Lisboa Urbanidade” terminava na antiga Estrada da Circunvalação! No fundo, é a própria referência de Lisboa com vários patamares territoriais, com várias delimitações territoriais.

José Luís Casanova — Há uma ideia que gostaria de pôr à discussão, em termos muito breves, que é a questão da “cénarização” da cidade referida pelo Joaquim Pais de Brito e a que o António Costa acrescentou uma expressão que se podia desenvolver, que é a ideia das zonas antigas como palco e das novas urbanizações como plateia, e como esta forma de apropriação e este discurso da “cénarização” da cidade tem, por exemplo, a ver com determinados actores sociais, com actores sociais específicos dentro da cidade. E avaliar este processo em termos de prospectiva sobre a própria cidade.

E.F. — Só para sublinhar o que o Casanova disse agora, para terminarmos esta mesa redonda penso que valia a pena introduzir esta dimensão prospectivante sobre Lisboa, penso que era um bom remate para esta conversa.

J.P.B. — Há um processo que parte de várias instâncias, por vezes isoladas, por vezes conjugadas, de demarcação da cidade enquanto terri-

tório para reforçar a sua constituição em cidade. Entre outras coisas, ele passa pela marcação monumental desta. A emblematização é muito forte em torno de monumentos e são eles que, por exemplo, vão sendo inventariados e seleccionados num leque de imagens a mostrar quando só se tem direito a dez ou doze num vídeo ou numa colecção de postais ou num folheto turístico. Junto a pólos ou *coisas* concretas que já ajudavam a sinalizar a cidade mesmo quando ainda não pertenciam à sua área administrativa (por exemplo, a Torre de Belém, no antigo concelho de Belém), outros se foram constituindo e produzindo um corpus de imagens estruturadoras da apreensão global da cidade e da sua exposição em discurso. Conjugam-se, por exemplo, iniciativas dos poderes centrais, como o Centro Cultural de Belém, com outras em que intervêm a autarquia e empreendedores do domínio privado, como o Centro Comercial das Amoreiras, ou ainda de pura iniciativa privada, como o edifício da Caixa Geral de Depósitos, todas elas traduzindo uma intenção de monumentalização com efeitos notáveis para a apreensão da cidade como um todo. São pontos que, com vários outros, permitem ao cidadão comum cercir a cidade naquilo que ela é enquanto cidade. Nesta forma da cidade crescer e ir produzindo sinais parece estar progressivamente a surgir uma tendência de a tomar como forma estética, como forma plástica. Ora, perante as dificuldades, que nós temos vindo a debater nesta conversa, de debater a cidade, espaço social fragmentado, segmentado, com pluralidades de escalas, com vários níveis de registos e de complicitades para a eclosão dos próprios discursos consoante os interventores, somos levados a pensá-la mais a um nível macro que a toma na configuração do seu território e da sua ordenação como paisagem. Talvez que, também enquanto praticantes das Ciências Sociais, nos desloquemos para o papel de artistas plásticos, tendo diante de nós jardins e espaços verdes, grandes eixos, organizações globais num plano linear, conjuntos arquitectónicos, arruamentos e largos, grandes equipamentos colectivos e, numa outra dimensão, o desejo de uma cidade bonita, agradável, equilibrada, etc.. Ou seja, a cidade concebida como um todo que pode ser vista de uma grande distância, saboreada do céu, como uma globalidade em que ela dificilmente funciona, a não ser como ideia de cidade.

Sabemos como Portugal teve vários momentos e modos simbólicos de o constituir como um todo, como, por exemplo, a Volta a Portugal em Bicicleta ou, de existência menos duradoura, a deambulação da imagem peregrina da Virgem de Fátima, que durante mais de uma década andou de paróquia em paróquia a reconstituir Portugal como um conjunto. Para Lisboa já se torna mais difícil de inventar um sistema de a constituir como um todo, um percurso que ciclicamente a vá fazendo e actualizan-

do, e em que os seus habitantes se revejam na ideia de todo projectado por esse investimento ambulatorio de que participem ou a que assistam.

A.F.C. — Posso fazer uma pequena observação ao que estás a dizer? Há iniciativas como a “Lisboa-94”, ou outras nas quais alguns de nós também temos participado, como por exemplo a de criar um novo modelo de Festas de Lisboa, e que de certa maneira se configuram como tentativas, no plano simbólico, de produzir imagens da cidade como um todo, alicerçadas em actividades lúdicas e culturais. Curiosamente tem sido difícil produzir mais do que somatórios de actividades e formas de expressão dirigidas aos diversos segmentos da população e da vida social urbana. O que já é interessante em si próprio e ultrapassa bastante o anquilosamento anterior. Mas não têm emergido facilmente símbolos unificados da cidade como um todo. O que leva à interrogação de se isso é possível. Não será que uma cidade como é actualmente Lisboa encontra precisamente a sua identidade na forma como se constitui em quadro de interacção específico entre diversidades? Mas talvez haja também hipóteses de emergirem elementos mais unificadores nas construções simbólicas e materiais...

V.M.F. — Parece-me uma coisa fascinante, só que não a podes colocar a nível administrativo e constitucional. Não há uma instância que possa dar vida a esse desafio, ou seja, até pode ser um bem, digamos assim... Há os vários níveis a que isso se processa, mas penso que era um desafio que podia ficar, até lançado pela Revista, que tem a ver um bocado com este desafio que era pensar reconstruir “o que é isso de Lisboa?”. Há bocado aquela ideia dos três níveis... dentro da Estrada da Circunvalação é a plena urbanidade, inquestionável, depois há um espaço de transição que faz sobretudo ligações com as periferias. Este desafio que o Casanova colocou há pouco, lembrando uma ideia bem interessante, até nisto há uma “maldição dos periféricos”, porque, fisicamente, esta dita urbanidade está por excelência organizada como um “palco”. Realmente, até mesmo em termos físicos, e os “espectadores” que diariamente vêm assistir ao “espectáculo”, que são forçados a vir ao “espectáculo” (que não têm outra alternativa...) são figurantes que são forçados a vir ao “espectáculo” diariamente, sem o qual o “espectáculo” não funciona. Os “actores centrais” que estão no “palco” à espera dos “figurantes”, acho que é uma ideia excelente...

J.P.B. — Porque até quando se entra em Lisboa, ao domingo, o que se ouve é isso, é o palco.

A.F.C. — Mas, em todo o caso, no espectáculo da cidade o principal são as pessoas, é a multidão. O que aqueles figurantes, como diz o Vitor, não têm é capacidade de escrever o guião...

J.P.B. — Essa população que está na cidade, que vem para a cidade e aqui passa oito ou mais horas, é entendida como uma população que trabalha e que ali tem os seus empregos e que, portanto, vai ter pouco tempo para fruir a cidade. Este pouco tempo é tal que ajudou a reorganizar o funcionamento de pastelarias, cafés e restaurantes, por exemplo na Baixa, onde se vêm desaparecer as mesas, comer-se de pé, circular as sopas, que são mais baratas e se acompanham com uns croquetes, alterando-se o sistema da gastronomia e do modo de comer cidadão durante o dia. Até que ponto a gente que vem de dia é pensada pelos poderes da cidade, pelo Governo da cidade, como destinatária de projectos, de espaços, de iniciativas, em suma, de fruições da cidade, já que é exactamente no acto de ser fruída que esta também se reproduz enquanto cidade? Quando pensamos a cidade talvez pensemos sobretudo — e de novo estamos a cair noutra paradoxa próprio da cidade — em relação aos bairros antigos e aos habitantes que aí residem, sendo parte do seu dia já feito de espera nas escadas pelo fim de um ciclo de vida que os identificou com aquelas casas e que em breve sofrerão restauração e reconversão da sua população, e pensemos muito menos em relação à população que cá vem e que, pela cidade, vertiginosamente passa. Aos mais novos de entre estes talvez se lhes tenha dado parte da noite, em alguns dias da semana.

V.M.F. — Deu-se-lhe as noites ao fim-de-semana.

A.F.C. — É novamente o palco, e o cenário...

J.P.B. — A cidade rouba-se-nos à observação... mostra-se-nos e simultaneamente, vertiginosamente nos esconde a população em observação. Uma cidade deste tipo que tem as pessoas a dormir à volta mostra-nos e esconde-nos à observação analítica a sua própria população; e isto é complicado...

A.F.C. — Para acabar voltando ao início: é praticamente impossível, de facto, não pensar as pessoas que à cidade se deslocam no dia-a-dia como parte efectiva da cidade. Há aqui, em Lisboa, um duplo défice. Desde logo, a cidade como todo social, que ultrapassa os limites administrativos concelhios, não tem, nem pouco mais ou menos, instâncias reguladoras de actuação sobre si própria, à escala do seu tecido social

pertinente e do seu conjunto de protagonistas. Mas, além disso, outro déficit corresponde ao grau diminuto das participações múltiplas dos cidadãos na cidade, nos processos de estruturação reflexiva de si própria, enquanto quadro organizado da vida social. Os dois planos não se confundem: a escala dos aparelhos administrativos pode aumentar sem aumentar a participação dos cidadãos nas decisões que os afectam. Este duplo déficit marca-nos na experiência que temos do quotidiano vivido em Lisboa, nas insatisfações experimentadas. É um déficit em termos de escala e em termos de cidadania. Em termos de escala, falta englobamento institucionalizado dos espaços e das pessoas que constituem efectivamente a vida da cidade nos dias de hoje, incluindo as periferias sub-urbanas e os comutantes diários. Em termos de cidadania, falta uma maior correspondência entre os mecanismos e práticas de participação cívica instalados no terreno, ainda bastante incipientes, e as maiores exigências inscritas nos parâmetros de uma cultura democrática actualizada.

E.F. — Penso que foi um bom final para esta mesa, a menos que queiram dizer mais alguma coisa. António, Joaquim, Vítor, obrigado!